

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, em cumprimento às determinações legais e regimentais, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O BRDE é uma instituição financeira pública pertencente aos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, operando na Região Sul do Brasil desde 1961 com a missão de promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social de toda a região de atuação, apoiando as iniciativas governamentais e privadas, através do planejamento e do apoio técnico, institucional e creditício de longo prazo.

Cenário Econômico

Após dois anos de crescimento sustentado na economia mundial, em 2018 houve uma leve desaceleração que deve permanecer nos próximos anos. De um lado, está o nível de expansão de algumas das grandes economias mundiais que podem ter atingido o seu máximo e, de outro, estão as incertezas quanto ao rumo da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, e a saída do Reino Unido da União Europeia. Nos Estados Unidos, o crescimento se manteve estável até o terceiro trimestre. O aumento do consumo privado, devido à elevação da confiança dos consumidores e ao corte de impostos, foi o que mais contribuiu. Entretanto, as indefinições de um acordo com a China e os descompasso da política interna, evidenciados pela paralisação parcial do governo em dezembro, levou à queda das expectativas de crescimento para os próximos meses. Na China, o PIB cresceu 6,5% no terceiro trimestre em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, evidenciando uma desaceleração do crescimento chinês. Entre as principais causas dessa desaceleração, estão a queda da demanda mundial e a guerra comercial. As exportações chinesas caíram 4,4% em dezembro em comparação ao ano anterior, e as importações de commodities e bens intermediários, como peças que são montadas na China e em seguida exportadas também sofreram significativas quedas em dezembro. A Zona do Euro apresentou um ritmo de crescimento bem moderado em 2018. No terceiro trimestre, a variação do PIB foi de apenas 0,13% em relação ao trimestre anterior. Entre os fatores que contribuíram negativamente, estão a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), a desaceleração da atividade industrial alemã e a crise política interna na França.

Brasil

O Produto Interno Bruto (PIB) doméstico apresentou variação positiva de 1,4% no acumulado de doze meses terminados em setembro de 2018, em comparação aos doze meses imediatamente anteriores, evidenciando a continuidade do processo gradual de recuperação da economia brasileira. A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2018 foi de 16,9% do PIB, o que representa um aumento em relação àquela observada no mesmo período do ano anterior, que foi de 15,4%. Essa variação foi influenciada pela importação de equipamentos para a indústria de petróleo e gás. O IPCA fechou 2018, pelo segundo ano consecutivo, abaixo da meta de 4,5%, atingindo 3,75%, mesmo após a greve dos caminhoneiros em maio, que causou um aumento temporário do índice. Com os preços controlados, a Selic diminuiu em relação a 2017, de 7,0% para 6,5%, atingindo a menor taxa da série histórica. A alta capacidade ociosa da indústria (utilização média da capacidade de 69% em novembro) e a ainda elevada taxa de desemprego (12,3% média anual) devem permitir um cenário favorável para a inflação em 2019, cerca de 4%, mesmo com a perspectiva de aumento da atividade econômica. O consumo das famílias apresentou leve aceleração até novembro, acumulando crescimento de 4,2% ao longo de sete trimestres ininterruptos de expansão, em linha com a recuperação lenta do mercado de trabalho e com a evolução positiva do mercado de crédito. A taxa de câmbio apresentou alta de 17,1% no acumulado de doze meses até dezembro. A depreciação do real em relação ao dólar, além de fatores internos ligados à política e ao adiamento da reforma da previdência, pode ser explicada pelo contexto internacional de elevação da taxa de juros norte-americana.

Atuação do BRDE

Destaque Operacionais

As contratações do BRDE cresceram 7,4% em comparação com 2017, alcançando R\$ 2,4 bilhões, num total de 4.320 novas operações de crédito. As liberações de recursos, por sua vez, totalizaram R\$ 1,8 bilhão e as operações aprovadas chegaram a R\$ 2,6 bilhões.

Destaque Operacionais		
Em R\$ mil		
ESPECIFICAÇÃO	Nº OPERAÇÕES	VALOR
OPERAÇÕES APROVADAS	4.472	2.618.000
OPERAÇÕES CONTRATADAS	4.320	2.361.834
• Agropecuária	2.816	480.338
• Indústria	189	564.943
• Infraestrutura	207	575.816
• Comércio e Serviços	1.108	740.737
RECURSOS LIBERADOS	-	1.807.174

A principal fonte de recursos utilizada pelo Banco foi o Sistema BNDES, com 72,6% das contratações no ano, cuja redução de 20 pontos percentuais em relação a 2017, evidencia o excelente resultado do BRDE na busca pela diversificação de *fundings*. As outras fontes utilizadas apresentaram a seguinte participação: FGTS/CEF, 10,0%, FINEP, 5,6%, Recursos Próprios, 4,7%, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), 2,1%, Prestação de Garantias, 2,1%, Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), 1,5% e Fundo Constitucional do Centro-oeste (FCO), 1,4%. Dentre as instituições financeiras credenciadas a operar com recursos do Sistema BNDES, o BRDE ocupou, em 2018, a 7ª colocação em todo o país, em termos de desembolsos totais. Especificamente na Região Sul, sua área de atuação, o Banco atingiu a 3ª colocação. Nos Programas Agrícolas Prodecoop (para desenvolvimento de cooperativas agropecuárias) e PCA (para construção e ampliação de armazéns), o Banco alcançou o 1º lugar no ranking nacional. No subprograma Máquinas e Equipamentos Eficientes do Fundo Clima, das operações protocoladas em 2018, o BRDE foi responsável por 59% do total, segundo informações do BNDES. Em relação ao Programa Inovacred, com recursos da FINEP, destinado ao apoio de microempresas, empresas de pequeno porte e pequenas empresas em projetos inovadores, o BRDE permanece sendo o líder nacional em desembolsos. As operações contratadas pelo BRDE viabilizaram investimentos totais da ordem de R\$ 2,7 bilhões na Região Sul, cujos impactos socioeconômicos em termos de empregos gerados e acréscimos de receita de ICMS esperados são resumidos a seguir:

INDICADOR	VALOR
Investimento Total Viabilizado	R\$ 2,7 bilhões
Postos de Trabalho Mantidos e/ou Gerados	49.070
Receita Adicional de ICMS para os Estados da Região	R\$ 258,7 milhões/ano

Continuando sua política de preservar o emprego e a geração de renda, o BRDE firmou contratos de reestruturação de dívidas da ordem de R\$ 368,1 milhões, num total de 236 operações, permitindo, com isso, a manutenção do funcionamento de várias empresas com baixo grau de liquidez no curto prazo, mas avaliadas como viáveis no médio e longo prazo.

Destaque Financeiros

O resultado líquido do BRDE cresceu 51,2% em 2018, alcançando R\$ 178,5 milhões. O ativo total alcançou o valor de R\$ 17,3 bilhões, dos quais R\$ 13,1 bilhões referem-se a operações de crédito (líquidas de provisões); R\$ 3,5 bilhões dizem respeito a títulos e valores mobiliários; R\$ 620,2 milhões a outros créditos; e R\$ 48,7 milhões representa o ativo permanente da Instituição. Por outro lado, as obrigações somaram R\$ 14,6 bilhões e o patrimônio líquido totalizou R\$ 2,7 bilhões. O saldo do financiamento, por setor de atividade do projeto, estava distribuído da seguinte forma ao final de 2018: a agropecuária respondia por 33,3%; a indústria por 24,7%; comércio e serviços, 21,8%; enquanto o setor de infraestrutura representava 20,2% do total.

Destaque Financeiros	
DISCRIMINAÇÃO	R\$ Mil
Ativo Total	17.255.401
Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	2.816.029
Cotas de Fundo de Investimento - recursos FSA	628.560
Operações de Crédito (líquidas de provisões)	13.123.268
Outros Créditos	626.027
Ativo Permanente	48.703
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.308.580
Outras Obrigações	1.263.313
Resultados de Exercícios Futuros	7.180
Patrimônio Líquido	2.676.328
Resultado Operacional	350.359
Resultado do Período	178.520
Rentabilidade s/ Patrimônio Líquido Médio (%)	6,9%

Ao final de 2018, o BRDE possuía 35,3 mil clientes ativos, cujos empreendimentos financiados estavam localizados em 1.074 municípios, correspondendo a 90,2% dos municípios da Região Sul. A carteira de financiamentos do Banco era composta por 38.950 operações ativas de crédito de longo prazo, com saldo médio de R\$ 336,9 mil.

Destaque Institucionais

O ano de 2018 destacou-se pela diversificação de *fundings* e ampliação das ações voltadas à sustentabilidade socioambiental. Além da ampliação das contratações com *fundings* como FGTS/CEF e FINEP, o Banco realizou operações utilizando recursos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e FUNGETUR, e credenciou-se para operar também com recursos do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFE). O Programa BRDE Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) que visa estimular projetos que se caracterizam pelo desenvolvimento socioambiental da Região Sul, foi selecionado como caso exemplar de sustentabilidade no setor financeiro pela Rede Brasil do Pacto Global da ONU, em parceria com o Observatório Mundial e a PwC no evento "SDGs in Brazil - The role of the private sector" (ODS no Brasil - O papel do setor privado), que ocorreu em Nova York em 26/09/2018, em paralelo à 73ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. O Banco apresentou os principais resultados do programa, que já desembolsou mais de R\$ 1 bilhão com taxas menores e prazos maiores do que a média dos financiamentos do BRDE. O Programa BRDE PCS permitiu ao Banco aproximar-se de instituições internacionais de desenvolvimento para captação de recursos. O BRDE e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) assinaram, em março de 2018, um contrato de crédito no valor de € 50 milhões para incrementar o financiamento a projetos voltados à produção e consumo sustentáveis, no âmbito do Programa BRDE PCS. Em setembro, o BRDE firmou contrato com o Banco Europeu de Investimentos (BEI) no valor de € 80 milhões para projetos com foco em energia renovável, eficiência energética e mobilidade urbana. Seguindo na busca de diversificação de *fundings*, o Banco credenciou-se como agente financeiro do FUNCAFE com um limite aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de R\$ 10 milhões. Esses recursos deverão contribuir para o fortalecimento da economia cafeeira da Região Sul.

Também como parte de sua estratégia de diversificação de *fundings*, o BRDE habilitou-se a operar com recursos oriundos do FUNGETUR. Em março, o BRDE foi o primeiro agente financeiro do país a contratar um financiamento com recursos desta linha de crédito após sua reformulação, com financiamento para ampliação de um hotel em Marechal Cândido Rondon, no oeste do Paraná. O desempenho desta linha de crédito foi tão exitoso que o BRDE alcançou a liderança nacional de repasses destes recursos, alcançando R\$ 34,8 milhões, que representam 48% do total contratado no país. O BRDE foi também a primeira instituição financeira no Brasil a realizar contratações no programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana com recursos do FGTS. As operações foram realizadas em Santa Catarina, em junho, com os municípios de Indaial, Balneário Gaivota e Concórdia. Os recursos serão destinados à pavimentação de ruas e projetos de engenharia viária. A primeira operação aprovada no país do subprograma Máquinas e Equipamentos Eficientes do Fundo Clima também foi do BRDE, no município de Bagé, no Rio Grande do Sul, no mês de junho. O financiamento, no valor de R\$ 3,5 milhões, destinou-se à implantação de uma planta fotovoltaica de 1 MW, equivalente ao consumo residencial de 300 casas.

O BRDE reafirmou seu compromisso com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pelas Nações Unidas, no Fórum Pacto Global da Rede Brasil. O Banco foi o único representante do setor financeiro na programação do evento. O BRDE palestrou sobre financiamento para a Agenda ODS. Conforme avaliação realizada por equipe técnica do BRDE, existe elevado índice de aderência da carteira de projetos financiados pelo Banco aos ODS, em média 82,9%. O BRDE, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 4.557/2017 e de regulamentação complementar, possui estrutura de gerenciamento de riscos segregada das demais unidades de negócio. A Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance (SURI) é responsável pela elaboração e revisão das políticas e dos relatórios de gerenciamento de riscos, sendo a sua aprovação de responsabilidade do Conselho de Administração, após apreciação da Diretoria, que o faz com base nas recomendações dos Comitês de Risco e de Gestão. O relatório que define a estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco (www.brde.com.br).

Agradecimentos

A Diretoria agradece aos clientes pela decisão de contar com o apoio oferecido pelo BRDE, aos parceiros repassadores de recursos pela contínua e crescente parceria no processo de desenvolvimento, aos Governos dos Estados Controladores, pela confiança depositada, e agradece, ainda, aos funcionários, reafirmando seu reconhecimento pela colaboração recebida.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2018.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS (AS NOTAS EXPLICATIVAS INTEGRAM O CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO							
		2018		2017		2º Semestre 2018		Exercício 2018		Exercício 2017	
Nota		2018	2017	Nota	2018	2018	2018	2018	2018	2017	2017
ATIVO CIRCULANTE		6.017.084	5.480.773	PASSIVO CIRCULANTE		3.239.683	2.971.392	RECEITAS DA INTERM. FINANCEIRA			
Disponibilidades		37	2	Obrigações por repasses no país -				Operações de crédito			
Títulos e valores mobiliários	4	3.433.855	2.990.958	Instit. Oficiais	9	2.366.960	2.371.293	15			
Operações de crédito	5	2.272.762	2.245.566	Tesouro Nacional		220	7.309	754.250			
Operações de crédito	5	2.380.665	2.386.926	Banco do Brasil		28.830	23.958	653.456			
Provisão para operações de crédito	5/4/5/6	(107.903)	(141.360)	BNDES		1.816.201	1.815.540	1.466.195			
Outros créditos		248.101	201.050	CEF		6.310	1.680	1.416.080			
Créditos por avais e fianças honrados	5.1	55.166	7.233	FINAME		475.390	495.844	(429.396)			
Rendas a receber		5.958	2.456	FINEP		36.905	26.962	(346.400)			
Diversos	6.2	242.147	197.968	Outras instituições		3.104	-	(692.278)			
Provisão para outros créditos	5/4/5/6	(55.170)	(6.607)	Obrigações por repasses do exterior		10	-	(82.996)			
Outros valores e bens	7	62.329	43.197	Repasses ao exterior		10	-	(233.216)			
Outros valores e bens		69.873	49.761	Outras obrigações		872.713	600.099	324.854			
Provisão para desvalorização		(6.564)	(6.564)	Fiscais e previdenciárias	10	99.701	127.224	102.732			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.238.317	11.698.921	Fundos financeiros e de desenvolvimento	10	721.420	409.789	(193.684)			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.189.614	11.669.922	Diversas	11	51.592	63.086	(25.748)			
Títulos e valores mobiliários	4	10.734	11.071	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.332.210	11.690.876	349.956			
Carteira própria	4	880	794	Obrigações por repasses no país -				349.956			
Vinculados à prestação de garantias	4.1	9.854	10.277	Instit. Oficiais	9	10.901.233	11.343.393	(171.436)			
Operações de crédito	5	10.850.506	11.178.349	Tesouro Nacional		490	562	(108.976)			
Operações de crédito	5	11.119.792	11.555.574	Banco do Brasil		176.425	166.819	(171.436)			
Provisão para operações de crédito	5/4/5/6	(269.286)	(377.225)	BNDES		8.985.318	9.127.888	(171.436)			
Outros créditos		326.544	479.763	CEF		71.870	61.053	(171.436)			
Créditos específicos	6.1	-	96.290	FINAME		1.459.118	1.835.424	(171.436)			
Rendas a receber		3.799	-	FINEP		201.495	151.647	(171.436)			
Diversos	6.2	322.747	384.151	Outras instituições		6.517	-	(171.436)			
Provisão para outros créditos	5/4/5/6	(2)	(678)	Obrigações por repasses do exterior		40.377	-	(171.436)			
Outros valores e bens	7	1.830	739	Repasses ao exterior		40.377	-	(171.436)			
Investimentos temporários		3.114	1.671	Outras obrigações		390.600	347.483	(171.436)			
Provisão para perdas de investimentos temporários		(1.284)	(932)	Fiscais e previdenciárias	10	68.167	34.645	(171.436)			
PERMANENTE		48.703	28.999	Diversas	11	322.433	312.838	(171.436)			
Investimentos - outros		1.669	1.663	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		7.180	6.680	(171.436)			
Imobilizado de uso	8.1	40.190	19.887	Resultados de exercícios futuros		7.180	6.680	(171.436)			
Imóveis de uso		43.847	21.694	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.676.328	2.510.746	(171.436)			
Outras imobilizações de uso		21.910	21.665	Capital social	13	1.174.413	1.013.907	(171.436)			
Depreciação acumulada		(25.567)	(23.472)	Reserva de capital		1.587.249	1.569.235	(171.436)			
Imobilizado de arrendamento				Ajustes de avaliação patrimonial	4.3/20.3	(85.334)	(72.396)	(171.436)			
Bens arrendados		1.449	1.449	TOTAL DO PASSIVO		17.255.401	17.179.694	(171.436)			
Depreciação acumulada		(1.449)	(1.449)					(171.436)			
Intangível	8.2	6.844	7.449					(171.436)			
Ativos intangíveis		21.802	19.017					(171.436)			
Amortização acumulada		(14.958)	(11.568)					(171.436)			
TOTAL DO ATIVO		17.255.401	17.179.694					(171.436)			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Incentivos fiscais	Fundo regimental		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017	971.670	709	1.510.028	(41.404)	2.441.003
Ajustes de avaliação patrim - TVM				(3.754)	(3.754)
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				(27.238)	(27.238)
Provisão sobre garantias prestadas				(17.313)	(17.313)
Absorção de prejuízos acumulados com reservas				(17.313)	(17.313)
Aumento de capital	42.237				42.237
Lucro líquido do exercício				118.048	118.048
Constituição de reservas				(118.048)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.013.907	709	1.568.526	(72.396)	2.510.746
Ajustes de avaliação patrim - TVM				52	52
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				(12.990)	(12.990)
Aumento de capital	160.506				160.506
Lucro líquido do exercício				178.520	178.520
Constituição de reservas				(178.520)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.174.413	709	1.586.540	(85.334)	2.676.328
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	1.104.642	709	1.543.530	(72.210)	2.576.671
Ajustes de avaliação patrim - TVM				100	100
Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais				(13.224)	(13.224)
Aumento de capital	69.771				69.771
Lucro líquido do semestre				112.781	112.781
Constituição de reservas				(112.781)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.174.413	709	1.586.540	(85.334)	2.676.328

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	224.242	463.091	470.066
Lucro líquido ajustado	112.781	178.520	118.048
Depreciação e amortização	2.951	5.776	5.558

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO 2018

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2º Semestre		
	2018	2018	2017
RECEITAS	730.102	1.338.108	1.203.334
Intermediação financeira	754.250	1.466.195	1.416.080
Prestação de serviços	13.488	29.083	33.523
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(82.996)	(233.216)	(285.757)
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.971	11.443	(9.313)
Outras	40.389	64.603	48.801
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	346.399	692.277	605.965
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	45.173	76.980	111.789
Materiais, energia e outros	41.530	69.332	104.522
Serviços de terceiros	3.643	7.648	7.267
VALOR ADICIONADO BRUTO	338.530	568.851	485.580
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	2.951	5.776	5.558
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	335.579	563.075	480.022
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	335.579	563.075	480.022
Pessoal	80.736	151.849	160.354
Remuneração direta	57.601	111.641	121.111
Benefícios	19.159	32.787	31.232
FGTS	3.976	7.421	8.011
Impostos, taxas e contribuições	141.380	231.126	200.121
Federais	139.018	227.523	197.842
Estaduais	4	34	40
Municipais	2.358	3.569	2.239
Remuneração de capitais de terceiros	682	1.580	1.499
Aluguéis	682	1.580	1.499
Remuneração de capitais próprios	112.781	178.520	118.048
Lucros retidos do exercício	112.781	178.520	118.048

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

1) Contexto operacional

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal nº 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região.

2) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. A aplicação dessas práticas requer que a instituição use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente; provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; provisão para demandas trabalhistas, fiscais, previdenciárias e cíveis; valorização de instrumentos financeiros; e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 26 de março de 2019.

3) Principais práticas contábeis

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- (i) títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- (ii) títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do exercício, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- (iii) títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do exercício.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando for aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata die" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(d) Carteira de crédito e outros créditos

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 9, além de outros órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar, conforme determinam as normas do BACEN, dentre elas a Resolução nº 2.682/99. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Quando inadimplente, o mutuário tem uma piora gradativa no seu nível de risco, atingindo após seis meses o "rating H". Para as operações que possuam saldo vencendo superior a 36 meses, esse prazo é contado em dobro, conforme prevê a Resolução nº 2.682/99. As operações de crédito, quando classificadas no "rating H", permanecem na carteira ativa até completarem seis meses, sendo então transferidas para compensação, conforme previsto também na Resolução nº 2.682/99. As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas no mesmo nível que estavam antes de renegociação, enquanto que, as que já tinham sido transferidas para compensação, são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a diminuição do risco.

(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras. Como resultado, em 31 de dezembro, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99 (Nota 5.4) e considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos é apresentada na Nota 5.6.

(f) Ativo permanente

- **Imobilizado de uso:** demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens: Imóveis - 4% a.a.; Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança - 10% a.a.; e Sistemas de processamento de dados e Veículos - 20% a.a. Esses ativos são revisados anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

- **Intangível:** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando for aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, 25%, 0,65% e 4%, respectivamente. A Lei nº 13.169/2015, que aumentou a alíquota da Contribuição Social - CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras, gerados a partir de 1º de setembro de 2015, com validade até o final de 2018. Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados com base na alíquota de 20%, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN nº 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na Nota 14.1, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em dezembro de 2018.

(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e Carta Circular BACEN nº 3.429/10. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo. Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos semelhantes, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

(j) Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 21). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente. Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência. Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma: - Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período. - Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo. - Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

(k) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações em Fundos de Investimento que, em sua carteira, possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título (operações compromissadas) nos termos da Resolução CMN nº 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 4.1).

(l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: - Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Caixa e Equivalente a Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

4.1 Composição de caixa e equivalentes de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	37	5
Cotas de Fundos de Investimento - recursos próprios	768.803	775.345

4.2 Composição de títulos e valores mobiliários

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Total de títulos e valores mobiliários (i)	3.444.589	3.002.029	3.433.855	2.990.958
Ativo circulante	2.805.195	2.593.131	2.805.195	2.593.131
Cotas de fundos de investimento - recursos próprios	628.660	397.827	628.660	397.827
Ativo realizável a longo prazo	10.734	11.071	10.734	11.071
Cotas de fundos de investimento em garantia (ii)	9.854	10.277	9.854	10.277
Ações de companhias abertas	880	794	880	794

(i) Correspondem, em sua grande parte (2018 - 76,46%; 2017 - 86,74%), a Cotas de Fundo Exclusivo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, majoritariamente lastreadas em títulos públicos federais, avaliados a valor de mercado. A meta do Fundo é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 85% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 15% restantes. (ii) Montante que está caucionado a processos judiciais.

4.3 Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários de acordo com a sua classificação

Os títulos e valores mobiliários são todos classificados como disponível para venda e não

5.4 Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

Nível de risco	Provisão			Provisão		
	Carteira	Res. BACEN	Adicional	Carteira	Res. BACEN	Adicional
AA	6.387.817	-	-	6.412.439	-	-
A	5.273.201	26.366	-	5.900.744	29.504	-
B	898.081	8.981	-	581.399	5.814	-
C	416.765	12.503	-	310.138	9.304	-
D	193.514	19.351	9.675	29.026	170.125	8.506
E	74.600	22.380	7.460	29.840	100.625	30.187
F	18.098	9.049	2.715	11.764	232.321	116.160
G	53.087	37.161	13.272	50.433	88.361	61.853
H	263.448	263.448	-	263.448	180.528	-
Total da carteira de créditos	13.578.611	399.239	33.122	13.976.680	450.368	75.507

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução BACEN nº 2682/99 e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

5.5 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

	Operações em curso normal - sem atraso						2018			2017		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2018	2017	
Parcelas Vincendas	6.377.475	5.219.385	832.582	334.068	141.596	49.073	8.284	40.772	120.456	13.123.691	13.239.708	
01 a 30 dias	169.728	139.308	14.164	23.844	1.709	769	608	107	5.635	355.872	304.308	
31 a 60 dias	66.018	63.171	7.115	7.898	1.337	263	24	39	4.192	150.057	174.069	
61 a 90 dias	61.293	54.580	8.472	6.049	1.568	304	28	344	4.228	138.866	137.836	
91 a 180 dias	270.038	240.347	28.662	17.009	4.771	927	227	149	12.459	574.589	547.657	
181 a 360 dias	547.529	378.976	47.226	26.836	38.908	1.656	578	251	15.603	1.057.563	1.035.118	
acima de 360 dias	5.262.869	4.343.003	726.943	252.432	93.303	45.154	6.819	39.882	78.339	10.848.744	11.040.720	
Parcelas Vincendas	9.404	52.152	62.042	76.829	46.217	22.526	8.493	10.438	67.033	355.134	631.503	
01 a 30 dias	73	444	655	1.012	509	362	167	154	1.073	4.449	7.698	
31 a 60 dias	63	339	805	985	573	330	84	210	861	4.250	7.121	
61 a 90 dias	63	355	573	920	476	332	271	113	784	3.887	7.095	
91 a 180 dias	565	1.864	2.438	3.079	1.526	1.856	584	612	4.044	16.568	22.732	
181 a 360 dias	1.076	3.451	5.984	7.319	5.689	2.387	628	1.433	7.340	35.307	48.936	
acima de 360 dias	7.564	45.699	51.587	63.514	37.444	17.259	6.759	7.916	52.931	290.673	537.921	
Parcelas Vincendas	938	1.664	3.457	5.868	5.701	3.001	1.321	1.877	75.959	99.786	105.469	
Subtotal - curso anormal	10.342	53.816	65.499	82.697	51.918	25.527	9.814	12.315	142.992	454.920	736.972	
Total da Carteira - 2018	6.387.817	5.273.201	898.081	416.765	193.514	74.600	18.098	53.087	263.448	13.578.611	13.239.708	
Total da Carteira - 2017	6.412.439	5.900.744	581.399	310.138	170.125	100.625	232.321	88.361	180.528	13.976.680	13.239.708	

	2018		2017	
	Saldo inicial	Constituição	Saldo inicial	Constituição
Reversão	525.870	380.338	540.564	294.599
Transferências para compensação	(147.122)	(8.842)	(147.122)	(8.842)
Saldo final	378.748	371.496	393.442	285.757

Nos termos previstos na Resolução BACEN nº 2.682/99, aliado aos conceitos introduzidos pela Resolução BACEN nº 4.512/16, é feito o cálculo da estimativa (provisão) de perda. Tal provisionamento encontra-se registrado em "Outras Obrigações - Diversas".

Nível de risco	2018				2017			
	Carteira	Res. BACEN	Provisão Adicional	Total	Carteira	Res. BACEN	Provisão Adicional	Total
AA(1)	31.772	-	-	-	32.763	-	-	-
A(1)</								

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO 2018****8) Ativo Permanente**
8.1 Imobilizado de uso

	2018			2017		
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizações em curso	131	-	131	131	-	131
Terrenos	25.070	-	25.070	2.936	-	2.936
Edificações	18.778	(8.599)	10.179	10.837	-	10.837
Instalações	2.282	(1.807)	475	667	-	667
Móveis e equipamentos de uso	6.710	(5.200)	1.510	1.629	-	1.629
Sistema de processamento de dados	9.560	(7.913)	1.647	2.298	-	2.298
Sistema de comunicação	1.009	(678)	331	305	-	305
Sistema de segurança	336	(244)	92	106	-	106
Sistema de transporte	1.882	(1.127)	755	978	-	978
Total - 2018	65.758	(25.568)	40.190	19.887	-	19.887
Total - 2017	43.359	(23.472)	19.887	19.887	-	19.887

8.2 Intangível

	2018			2017		
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido
Ativos Intangíveis - 2018	21.802	(14.958)	6.844	7.449	-	7.449
Ativos Intangíveis - 2017	19.017	(11.568)	7.449	7.449	-	7.449

9) Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais até o ano 2039, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	2018						Total
	BB	BNDES	FINAME	CEF	FINOP	Outros	
Sem Vencimento	-	45.548	7.905	-	-	622	54.075
Até 3 meses	4.775	616.888	92.319	1.798	8.563	2.603	728.946
De 3 a 12 meses	24.055	1.153.765	375.166	4.512	28.342	99	1.585.939
De 1 a 3 anos	55.889	3.098.675	677.996	13.205	83.577	421	3.929.763
De 3 a 5 anos	55.612	2.559.959	614.539	13.005	80.854	642	3.324.611
De 5 a 15 anos	64.924	3.278.331	166.583	41.411	37.064	4.848	3.593.161
Acima de 15 anos	-	48.353	-	4.249	-	1.096	53.698
Total	205.255	10.801.519	1.934.508	78.180	238.400	10.331	13.268.193
Passivo Circulante	28.830	1.816.201	475.390	6.310	36.905	3.324	2.366.960
Exigível a L.Prazo	176.425	8.985.318	1.459.118	71.870	201.495	7.007	10.901.233

	2018		Total
	2018	2017	
Sem Vencimento	60.534	60.534	121.068
Até 3 meses	715.752	715.752	1.431.504
De 3 a 12 meses	1.595.007	1.595.007	3.190.014
De 1 a 3 anos	4.131.892	4.131.892	8.263.784
De 3 a 5 anos	3.264.029	3.264.029	6.528.058
De 5 a 15 anos	3.879.868	3.879.868	7.759.736
Acima de 15 anos	67.604	67.604	135.208
Total	13.714.686	13.714.686	27.429.372
Passivo Circulante	2.371.293	2.371.293	4.742.586
Exigível a L.Prazo	11.343.393	11.343.393	22.686.786

10) Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 14.1)	82.695	64.072
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Recolher	76.301	89.091
Impostos e contribuições a recolher	9.142	8.706
Total	168.138	161.869
Passivo circulante	99.701	127.224
Passivo exigível a longo prazo	68.167	34.645

11) Outras Obrigações - Diversas

	2018	2017
Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis (Nota 12)	109.755	111.060
Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais	21.334	24.586
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 5.7)	29.347	40.791
Valores de mutuários a regularizar (a)	6.193	11.805
Pagamentos a processar	3.482	1.547
Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário - PEDV (b)	-	13.091
Salários e benefícios a pagar	11.176	8.368
Pendências a regularizar	1.647	3.174
Provisão para assistência médica e PB II - inativos (Nota 21)	167.772	141.540
Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 22)	10.628	10.836
Outras	12.692	9.126
Total	374.025	375.924
Passivo circulante	51.592	63.086
Passivo exigível a longo prazo	322.433	312.838

(a) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

(b) Implantado pelo BRDE no transcorrer do 1º semestre de 2017, com o objetivo de realizar ajustes no seu quadro funcional, modificar o perfil de suas Despesas Administrativas, racionalização da gestão, renovação da estrutura de cargos, dentre outros, o Programa de Estímulo ao Desligamento Voluntário - PEDV foi encerrado em maio de 2018.

O valor registrado no exercício anterior trata-se da parcela indenizatória calculada no momento da implantação do programa, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados.

12) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

	Baixa por:					
	2017	Constituição	Atualização	Reversão	Pagamento	2018
Fiscais (a)	2.836	-	55	(2.891)	-	-
Previdenciárias (b)	14.167	-	194	-	(14.361)	-
Trabalhistas (c)	34.400	5.964	5.105	(10.722)	(1.822)	32.925
Cíveis (d)	59.657	-	2.812	-	(62.469)	-
Total	111.060	5.964	8.166	(13.613)	(1.822)	109.755

(a) As provisões fiscais são referentes ao seguinte fato:
i. INCENTIVO FISCAL - PAT - R\$ 2.891: refere-se à ação judicial fiscal atinente ao IRPJ, visando ao direito de deduzir incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, sem limitação de valor por refeição previsto pela RFB, mas com base no valor efetivamente despendido, bem como restituir valores recolhidos a maior de 2008 a 2012. A provisão foi revertida neste exercício pois a ação judicial foi exitosa.

ii. Durante o exercício de 2017, o BRDE foi atuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. De acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda desse processo, que se encontra em fase administrativa, é possível e monta, em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 24.066.

(b) As provisões previdenciárias são referentes aos seguintes fatos:
i. INSS - R\$ 14.361: contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositadas em juízo.

(c) O Banco possuía, em 31 de dezembro, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 32.925 (2017 - R\$ 34.400). Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 110.215 (2017 - R\$ 60.542), que correspondem em grande parte a causas coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. Tais ações não se encontram provisionadas conforme Nota 3 (i).

(d) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:
i. R\$ 58.788 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
ii. R\$ 3.681 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

13) Patrimônio Líquido

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente. O BRDE, em atendimento à Resolução nº. 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional, destinou, no exercício findo em 31 de dezembro, os lucros acumulados do exercício corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental. O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

	Valor
Capital Social - 31/12/2016	971.670
Capitalização 1º semestre 2017	22.083
Capitalização 2º semestre 2017	20.154
Capital Social - 31/12/2017	1.013.907
Capitalização 1º semestre 2018	90.735
Capitalização 2º semestre 2018	69.771
Capital Social - 31/12/2018	1.174.413

14) Imposto de Renda e Contribuição Social

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

	2018	2017
Resultado do exercício antes da tributação	349.956	255.410
Provisão para IRPJ (25%) e CSLL (20%)	(157.480)	(114.935)
Adições e exclusões	6.478	(8.171)
Provisão para passivos contingentes	5.150	(4.191)
Provisão para garantias financeiras prestadas	63.628	5.134
Provisão para operações de crédito	(32.140)	(46.544)
Créditos baixados como prejuízo	(21.549)	1.478
Provisão para assistência médica	(5.029)	(2.882)
Atualização de depósitos judiciais	1.625	2.525
Renegociações tributadas por caixa (Lei 9.430, art. 12) e RECOOP	17.105	(3.150)
Recuperações judiciais - deferimento	5.899	26.482
Outros, líquidos	(2.164)	(2.383)
Incentivos fiscais	4.100	4.725
IRPJ e CSLL correntes	(114.377)	(141.912)
IRPJ e CSLL diferidos ativos	(38.436)	29.261
IRPJ e CSLL diferidos passivos	(18.623)	(24.711)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(171.436)	(137.362)
Lucro Líquido do Exercício	178.520	118.048

14.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O BRDE constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". A movimentação, em 2018, destes créditos e obrigações é apresentada a seguir:

	2017	Constituição	Reversão	2018
Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.				
Créditos tributários diferidos	50.476	8.827	(11.401)	43.902
Provisão para contingências	16.366	13.109	(18.005)	11.470
Provisão para garantias prestadas	198.519	84.219	(150.832)	131.906
Provisão para perdas com operações de crédito				
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	133.204	153.538	(135.058)	151.684
Provisão para assistência médica e PB II-inativos	26.713	8.330	(3.426)	31.617
Licença prêmio em aquisição	532	89	(239)	382
Participação nos lucros e resultados	-	5.174	(5.174)	-
Ajuste ao valor de mercado de TVM	2.110	384	(419)	2.075
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Provisão para perdas com outros créditos	3.258	23.663	(4.852)	22.069
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	2.515	638	(229)	2.924
Total	433.999	293.971	(329.635)	398.335

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei nº. 9.964/00, ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadram nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei nº. 9.430/96. São realizadas também quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

	2017	Constituição	Reversão	2018
Obrigações tributárias diferidas	1.876	-	(229)	1.647
Renegociações REFIS/RECOOP	701	-	(701)	-
Atualização de depósitos judiciais	21.405	1.445	-	22.850
Renegociações tributadas por caixa - Lei nº 9.430/96	13.907	22.026	(6.519)	29.414
Recuperação judicial - deferimento	26.183	27.781	(25.180)	28.784
Total	64.072	51.252	(32.629)	82.695

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no exercício, foi de R\$ (23.465) e R\$ (30.822), respectivamente (2017 - R\$ 20.629 e R\$ 7.724). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do exercício e, nos casos de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários ou de ganhos e perdas sobre provisões atuárias, na respectiva conta do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 31 de dezembro, montam R\$ 55.299 (2017 - R\$ 47.181). A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

	Créditos Tributários	Obrigações Tributárias
2019	207.131	14.529
2020	66.487	39.213
2021	46.114	19.640
2022	19.490	1.705
2023	12.490	2.838
2024 a 2028	46.623	3.826
2029 em diante	55.299	944
Total	453.634	82.695

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 227.813 (2017 - R\$ 399.671) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 46.173 (2017 - R\$ 59.471).

15) Receitas de Operações de Crédito

	2º Sem/2018	2018	2017
Rendas de Empréstimos	22.284	47.956	63.582
Rendas de Financiamentos	229.490	466.269	441.827
Rendas de Financiamentos a Exportação	720	3.356	4.340
Rendas de Financiamentos Rurais	289.194	551.838	466.408
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	14.844	20.943	7.952
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	96.778	176.061	153.627
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honoradas	146	1.926	1.805
Total	653.456	1.268.349	1.139.541

16) Receitas de Prestação de Serviços

	2º Sem/2018	2018	2017
Tarifa de Análise	3.266	8.474	8.250
Tarifa de Cadastro	1.638	2.437	2.453
Tarifa de Fiscalização e Acompanhamento	3.707	7.654	8.820
Tarifa p/Elaboração de Parecer, Laudo ou Estudo Técnico	185	337	1.248
Tarifa de Estruturação de Garantias	177	420	411
Rendas de Garantias Prestadas	3.934	8.700	11.419
Outras tarifas	581	1.061	922
Total	13.488	29.083	33.523

17) Despesas

**21.1.5 Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados**

	PB I	PB II
Resultado do Exercício		
Valor justo dos ativos no fim do período anterior	(922.191)	(12.054)
Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano	58.302	780
Contribuições de participante realizadas no período	(1.060)	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(7.745)	(1.255)
Rendimento esperado dos ativos:		
a) Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(87.235)	(1.160)
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(328)	(58)
c) Perda de rendimento com pagamento esperados de benefícios	2.952	28
(Ganhos)/perdas no valor justo dos ativos do plano	(34.933)	(1.483)
Valor justo dos ativos no fim do período	(992.238)	(15.202)
Obrigações Atuariais		
Obrigações atuariais no início do período	788.325	11.259
Custo do serviço corrente líquido	246	572
Custo do serviço passado	-	-
Contribuições de participante realizadas no período	1.060	-
Juros sobre obrigação atuarial:		
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial	74.572	1.084
b) Redução de juros decorrente dos pgtos. esperados de benefícios	(2.952)	(28)
Benefícios pagos no período	(58.302)	(780)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	32.695	3.192
Obrigações atuariais no fim do período	835.644	15.299
Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo		
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período anterior	133.867	795
Juros esperados s/o Efeito do Teto de Ativo e Passivos adicionais	12.663	76
(Ganhos)/perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	10.063	(871)
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	156.593	-

21.1.6 Fluxo de Caixa

	PB I	PB II
Fluxo de caixa no período		
Contribuições do empregador	7.745	1.255
Contribuições do participante	1.060	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	58.302	780
Fluxo de caixa estimado para o período seguinte		
Contribuições do empregador	7.051	1.326
Contribuições do participante	60	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	64.760	747

21.1.7 Análise de Sensibilidade

Conforme item 145 do CPC 33(R1), o BRDE deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade		Impacto R\$ mil		Impacto %	
	2018	2017	PB I	PB II	PB I	PB II
Taxa de desconto	redução de 0,5%	40.776	-1.218	4.88%	7.96%	7.96%
	aumento de 0,5%	14.009	-151	1,68%	(0,99%)	(0,99%)
Expectativa de vida	redução de 1 ano	-14.374	167	(1,72%)	1,09%	1,09%

21.2 Contribuição Paritária

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE deve contribuição ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No Plano de Benefícios I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No Plano de Benefícios II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

21.3 Plano de Assistência Médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuarial Independente, também em dezembro de 2018, o cálculo das obrigações do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, nos critérios da Deliberação nº. 695 da CVM, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações - Diversas", tendo o seguinte perfil:

PB I	Frequência de beneficiários	Idade média (anos)
Ativos	71	59
Aposentados	402	70
Pensionistas	91	71
Dependentes	406	57

21.3.1 Premissas Adotadas

	2018	2017
Taxa de desconto atuarial	4,97%	5,37%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,97%	5,37%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	0,00%	0,00%
HCCTR (real)	3,50%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,18%	9,54%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,18%	9,54%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	4,01%	3,96%
HCCTR (nominal)	7,65%	7,60%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo	AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	Mi 85, segregada por sexo	Mi 85, segregada por sexo
Entrada de inválidos	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Taxa anual de rotatividade	Não utilizado	Não utilizado
Composição familiar	Família efetiva (conforme informações cadastrais)	Família média

21.3.2 Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais	167.676	141.540
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Déficit/(Superávit) apurado	167.676	141.540
Efeito do teto do ativo	-	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	-	-
Passivo/(ativo) já reconhecido	141.540	-
Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício	26.136	-

21.3.3 Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

	2018	2017
Resultado do Exercício		
Custo do serviço corrente	1.096	-
Custo do serviço passado	-	-
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação (<i>settlement</i>)	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	13.184	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	-
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	-	-
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-	-
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	14.280	-
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período		
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	-	-
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	-	-
a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior	9.023	-
b) Aumento do nível de despesas assistenciais do PAS	16.603	-
c) Experiência da população	(7.504)	-
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	-	-
Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-	-
(Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA	18.122	-
Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado		
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do período anterior em ORA	85.337	-
(Ganhos)/perdas no período	18.122	-
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA	103.459	-
Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido		
Passivo/(ativo) no fim do período anterior	141.540	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	14.280	-
(Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA	18.122	-
Contribuições do empregador	(6.266)	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-
Passivo/(Ativo) no fim do período	167.676	-

Conforme previsão contida no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), o BRDE reconheceu todos os ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no montante de R\$ (12.991), no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ (27.238)), líquido de efeitos tributários. O saldo final, em 31 de dezembro, dos ganhos e perdas atuariais registrados no Patrimônio Líquido, já deduzidos os efeitos tributários, ficou em R\$ (82.222) (2017 - R\$ (69.232)).

21.3.4 Mudança nos Valores Divulgados

	2018
Valor justo dos ativos no fim do período	-
Obrigações Atuariais	
Obrigações atuariais no início do período	141.540
Custo do serviço corrente	1.096
Juros sobre obrigação atuarial:	
a) Despesa de juros sobre a obrigação atuarial	13.507
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(323)
Benefícios pagos no período	(6.266)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	18.122
Obrigações atuariais no fim do período	167.676
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período	-
21.3.5 Fluxo de Caixa	
Fluxo de caixa no período	
Contribuições do empregador	6.266
Contribuições do participante	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	6.266
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-
Fluxo de caixa estimado para o período seguinte	
Contribuições do empregador	8.757
Contribuições do participante	-
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	8.757
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-

21.3.6 Análise de Sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade		Impacto R\$		%	
	2018	2017	PB I	PB II	PB I	PB II
Taxa de desconto	redução de 0,5%	12.686	-1.140	4,64%	6,64%	6,64%
	aumento de 0,5%	6.087	-6.049	-3,63%	(3,61%)	(3,61%)
Expectativa de vida	redução de 1 ano	-6.049	12.812	7,64%	(6,76%)	(6,76%)
	aumento de 0,5%	12.812	-1.340	(6,76%)	-	-

22) Partes Relacionadas

(a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE - No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. (nota 8). As despesas com encargos no exercício encontram-se registradas no resultado do Banco em "Outras Despesas Operacionais" (Nota 20). O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em "Outras Despesas Operacionais". A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE. O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em "Despesas de Pessoal".

	2018	2017	2018	2017
Compra imóvel agência Curitiba	(10.628)	(10.836)	(1.006)	(858)
Locação de salas	-	-	(639)	(628)
Ressarcimento de salários	-	-	556	1.385
Contribuição patronal	-	-	(10.457)	(12.491)
Total de operações com ISBRE	(10.628)	(10.836)	(11.546)	(12.592)

23) Capital Regulamentar

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.193/2013, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia.

	2018	2017
Patrimônio de Referência	2.669.484	2.504.787
Patrimônio de Referência - nível I	2.669.484	2.504.787
Capital destacado para operações com setor público	-	180.000
Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	15.258.536	15.497.357
Risco de Crédito - RWACPAD	14.035.101	14.376.367
Risco de Mercado - RWAMPAD	5.585	17.175
Risco Operacional - RWAOPAD	1.217.850	1.103.815
Risco taxa de juros da carteira não negociável (RBAN)	22.952	49.843
Margem sobre o PR considerando RBAN	1.044.386	647.722
Índice de Basileia	17,50%	15,00%

24) Gerenciamento de Risco e Instrumentos Financeiros

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos. Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

Risco de Mercado: está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

Risco de Liquidez: está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse "casadas" entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

Risco Operacional: o Banco possui estrutura responsável por identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede do Banco. O BRDE considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria, órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, nos termos previstos pela Resolução do CMN nº 3.198 de 27 de maio de 2004, tem por finalidade, além de outras previstas nas normas em vigor, revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente. Destacamos que, neste semestre, ocorreu a posse do novo membro do Comitê de Auditoria, Sr. Allan Jones dos Santos, nomeado pela Exma. Sra. Governadora do Estado do Paraná, Maria Aparecida Borghetti, tendo sua aprovação pelo Banco Central do Brasil, divulgado no Comunicado n. 32.460 de 23 de agosto de 2018.

ATIVIDADES EXERCIDAS

Durante o segundo semestre de 2018 foram realizadas quatro reuniões, onde foram exercidas as atribuições regulamentares resultando nas conclusões abaixo:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento das recomendações da AUDIN para as áreas gestoras objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento do disposto na regulamentação expedida pelo BACEN.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

O Comitê de Auditoria não identificou descumprimento das normas, ato ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações financeiras. Diante disso, o Comitê de Auditoria, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BRDE pertinentes à data-base de 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre, 26 de março de 2019.

DAGOBERTO BONFILHO BELTRAME
Coordenador do Comitê de Auditoria

OSNI JOSÉ SCHROEDER

ALLAN JONES DOS SANTOS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Controladores e aos Diretores do **Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE** Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de março de 2019



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

DIRETORIA DO BRDE**NEUTO FAUSTO DE CONTO**